

O seguro social no após-guerra

(Palestra irradiada de Montreal, às 17 horas do dia 11-7-943, pela Canadian Broadcasting Corporation, e da qual participaram os Srs. William Beveridge, A. J. Altmeyer, Oscar Saraiva e Leonard Marsh, sob a coordenação do escritor canadense Morley Callaghan)

Se os problemas de segurança social sempre foram prementes e importantes, não será exagero dizer que a guerra atual os tornou mais agudos. Muito se fala e se planeja em relação aos meios de assegurar às comunidades sociais uma proteção mais eficaz e mais completa contra os riscos ou os eventos a que a vida as expõe, e a síntese mais perfeita de toda essa busca de condições melhores de existência para a grande massa humana é sem dúvida o já famoso Plano Beveridge. Não pretendemos aqui falar no plano, nem no "scholar" que o idealizou, mas tão somente apresentar a nossos leitores um breve trecho das discussões que Sir William Beveridge dirigiu no Canadá, em julho p. p., quando lá se reuniram os técnicos de seguro social mais proeminentes da Europa e das Américas, num pequeno congresso sem muito aparato, mas de muita significação, porque nele se discutiram as tendências e as diretrizes do problema da previdência social no mundo de após-guerra. Fizeram parte desse pequeno grupo de "experts" o próprio Sir William, que representou a Grã-Bretanha, o Sr. A. J. Altmeyer, dos Estados Unidos, o Sr. Leonard Marsh, do Canadá, o Sr. Oscar Saraiva, do Brasil, e o Sr. Morley Callaghan, do Bureau International du Travail, sediado em Montreal, e é uma de suas discussões, irradiada pela Canadian Broadcasting Corporation, que oferecemos a seguir aos leitores da "Revista do Serviço Público".

LOCUTOR: Fala aqui o Club de Discussão da C.B.C."

A segurança social tem sido muitas vezes discutida ou mencionada na série "Cousas do futuro", recentemente completada. Técnicos em segurança social, vindos de vários países, estão agora reunidos em Montreal para discutir este assunto nos seus di-

ferentes aspectos. Sir William Beveridge, da Inglaterra, o Dr. A. J. Altmeyer, dos Estados Unidos, o Dr. Oscar Saraiva, do Brasil, e o Dr. Leonard Marsh, do Canadá, estão hoje aqui no "studio" para continuar a discussão. Preside Morley Callaghan. Sr. Callaghan...

CALLAGHAN: Por iniciativa da Repartição Internacional do Trabalho, que reúne em Montreal uma "Consulta sobre Segurança Social", estão hoje aqui homens que são verdadeiros pioneiros no impulso dado à segurança social através do mundo. Faço menção, primeiramente, de Sir William Beveridge porque, no futuro, sempre que as palavras "segurança social" forem usadas, seu nome será lembrado. Ele representa uma nova visão da sociedade. Arthur J. Altmeyer, chefe do "United States Social Board", o Dr. Oscar Saraiva, consultor jurídico do Ministério do Trabalho do Brasil, e o Dr. Leonard Marsh, autor do nosso próprio plano de segurança social, estão aqui também. Em suas próprias pátrias, eles não só tentaram compreender a necessidade que os homens têm de alguma forma de segurança, mas mesmo deram articulação a essa necessidade. Não têm dado apenas esperanças, mas também se têm responsabilizado por planos concretos. Bem, Sir William, tendo eu viajado recentemente por este país, de costa a costa, dificilmente pude encontrar alguém que, sem ser técnico, tivesse uma idéia clara da significação de Segurança Social.

BEVERIDGE: Isto, em parte, é um problema que depende do significado dado às palavras. Segurança social, para mim, não significa tudo que todos querem para uma vida feliz, Sr. Callaghan. Estou inclinado a definir segurança social como a proteção organizada pelo Estado contra os riscos aos quais estão expostos os cidadãos, mesmo quando a condição econômica da sociedade, como um todo, é sã e próspera.

CALLAGHAN: E' isto que significa segurança social para nós, aqui, no Canadá, Dr. Marsh?

MARSH: Duvido que os canadenses tenham uma visão global como esta. Quando é mencionada a segurança social, pensam primeiramente em oportunidades para trabalhar e estabilidade no emprêgo depois da guerra. E' então necessário tornar claro que a legislação da segurança social diz respeito à proteção contra riscos que existirão mesmo que haja trabalho assegurado. E' talvez esta a ordem de idéias nos Estados Unidos também, Sr. Altmeyer?

ALTMAYER: Eu penso que o ponto em que Sir William tocou deve ser reforçado.

CALLAGHAN: Continue, Sr. Altmeyer, reforce-o.

ALTMAYER: Mesmo com a sociedade em boas condições como um todo, mesmo com empregos certos e grande produção e com um programa razoável de proteção, as causas mais comuns de falta de segurança permanecerão, ainda. A necessidade de medidas de segurança social persistirá. Os seres humanos continuarão a estar sujeitos à doença e à incapacidade. Continuarão a envelhecer ou a morrer prematuramente. Continuará, ainda, a haver desempregados, porque esta é uma característica inevitável de um sistema de concorrência livre.

BEVERIDGE: E' este o ponto de vista brasileiro sobre a segurança social, Dr. Saraiva?

SARAIVA: Bem, vejamos se me faço compreender em inglês. Concordo com o que Sir William disse acerca da necessidade de proteção organizada dos indivíduos contra riscos, mesmo quando a sociedade é próspera. Usaria, porém, para essa proteção o termo "seguro social" em lugar de "segurança social". Para nós, brasileiros, a idéia de segurança social inclui segurança de trabalho e salário. Alegrou-me ouvir o Dr. Altmeyer dizer que mesmo quando existem possibilidades de emprêgo é necessário que o Estado organize a garantia de renda para cobrir a interrupção dos salários. Essa garantia não pode ser deixada ao arbítrio do indivíduo.

CALLAGHAN: Parece-me que há acordo sobre esse ponto essencial. Deixaremos a definição nesse ponto?

BEVERIDGE: Oh não! Se a deixarmos neste ponto, depois do que foi dito, vocês poderiam ter a impressão errada de que enquanto o povo no Canadá, no Brasil e nos Estados Unidos interessa-se pelo

emprêgo, o povo britânico, representado por mim, está interessado, principalmente, em obter rendas, mesmo quando não trabalhe. Naturalmente, não é assim.

MARSH: Estou certo de que não é assim! Conheço bem a Grã-Bretanha.

BEVERIDGE: O povo britânico, como qualquer outro povo, põe a oportunidade de trabalho produtivo em primeiro lugar na idéia do mundo de apósguerra. Quando falei, usei segurança social num sentido estrito, referindo-me às interrupções do trabalho, afim de dar ênfase ao fato de que deve ser assegurada proteção contra essas interrupções.

CALLAGHAN: E se o Sr. usar o termo, no sentido lato, emprêgo certo e segurança social caminham juntos, Sir William?

BEVERIDGE: Isso depende do que o Sr. entende pela expressão caminhar junto. Um botão e a respectiva casa caminham juntos no sentido de que nenhum pode ser usado sem o outro. O bom emprêgo e a segurança social, no meu sentido estrito, não são assim. Ambos são necessários para a felicidade, cada um porém tem o seu uso sem o outro. Eles caminham juntos como as partes de um costume de duas peças — o paletó e as calças. Um homem não está propriamente vestido sem que vista ambos. O paletó representaria o bom emprêgo, e as calças a segurança social, no sentido estrito. Isto não quer dizer que ele não possa vestir as calças se não souber onde está o paletó...

SARAIVA: Prefiro usar uma imagem semelhante dizendo que o emprêgo e a segurança social caminham juntos como o alimento e o remédio o fazem. O emprêgo é o alimento e a segurança social o remédio.

CALLAGHAN: Isto exprime a relação muito claramente, Dr. Saraiva. E agora, Senhores da Inglaterra, Estados Unidos, Brasil e Canadá, que estais aqui colaborando numa campanha pela segurança social, vejamos o que está acontecendo no mundo? Por que essa exigência universal se apresenta em plena guerra? Mesmo Hitler teve consciência desse anelio coletivo de segurança e ofereceu aos alemães um sonho... ou um pesadelo; Stalin a conhece; Roosevelt, Vargas e Mackenzie King todos têm consciência dessa necessidade social. Que está se passando entre os povos do mundo?

BEVERIDGE: Como o Sr. mencionou a Inglaterra, ou, como a prefiro chamar, a Grã-Bretanha,

em primeiro lugar na sua lista de países, darei já a minha resposta. A necessidade de se prever o que está para acontecer depois desta guerra decorre do fato de que esta é a segunda guerra mundial e não a primeira. Na primeira todos nós pensávamos, um pouco vagamente, que, quando a guerra acabasse, poderíamos voltar aos bons tempos antigos. Agora sabemos que o intervalo entre as duas guerras não foi um tempo tão bom e que nós devemos procurar coisa melhor. A visão do povo inglês, neste ponto, é hoje completamente diferente do que foi durante a primeira guerra mundial.

MARSH: Este pode ser um sentimento particularmente forte entre povos europeus, Sir William.

BEVERIDGE: Estou certo de que não é peculiar aos europeus, Dr. Marsh. O interesse que tem sido demonstrado, em todo o novo mundo, pelo meu trabalho, faz crer que este sentimento é comum a todas as democracias. Não pensa assim, doutor Altmeier?

ALTMAYER: Naturalmente que sim. Parece-me que as democracias do mundo apoiaram o seu futuro na persuasão de que a esperança, e não o medo, é o melhor estímulo e o mais sólido alicerce para a felicidade humana. A democracia, ela própria, repousa sobre a liberdade de oportunidade. Anos de instabilidade nos ensinaram que não podemos ter real liberdade de oportunidade a menos que a liberdade política seja acompanhada de liberdade econômica. Isto acredito que seja a explicação da grande procura de um programa prático, capaz de livrar-nos da necessidade.

SARAIVA: Acredito que a oportunidade não é suficiente. Devemos dar oportunidade assim como proteção. Muitos são chamados, mas poucos são escolhidos. Devemos proteger aqueles que não são escolhidos.

BEVERIDGE: Fico alarmado à idéia de que serão muitos os protegidos, porque apenas alguns serão contemplados com a escolha. Parece-me que isso é atribuir psicologia de crise à Bíblia.

CALLAGHAN: A crise provavelmente veio antes e certamente depois dos tempos bíblicos.

MARSH: Quanto aos muitos que forem chamados e aos poucos que forem escolhidos para o trabalho, talvez a proporção seja diferente em cada país.

CALLAGHAN: O país que chama todos os homens ao trabalho é um país feliz. Agora, se essa necessidade de segurança social se acha espalhada pelo mundo inteiro, não é demais supor que se tenha feito ouvir no Canadá, não é, Dr. Marsh?

MARSH: Bem, Mr. Callaghan. O Governo designou uma comissão especial da Câmara dos Comuns para formular um plano de segurança social para o Domínio.

CALLAGHAN: E há problemas peculiares no Canadá?

MARSH: Em termos básicos, as nossas necessidades são as mesmas que as de outros países. Nossa distribuição de renda no Canadá é tal que uma grande proporção de nossa população, tanto urbana como rural, não é capaz de sustentar toda a família e ao mesmo tempo proteger-se contra os riscos de desemprego com os seus próprios recursos. Torna-se então necessário pedir a ajuda sistemática das técnicas de seguro social. Temos ao menos duas condições especiais aqui no Canadá. A primeira é que a guerra fez do Canadá uma nação industrial e urbana. Temos agora — e certamente a reteremos — uma grande população de trabalhadores assalariados cujas rendas e condições de emprego reclamam a proteção que tem sido aceita no decorrer do tempo por todos os outros países progressistas e industriais. A segunda razão, suficientemente paradoxal, é que nós temos, e indubitavelmente queremos reter, uma grande população agrícola e rural. Como um dos processos para melhorar as condições sociais e dar estabilidade às nossas regiões agrícolas, precisamos encontrar meios de assegurar a essa população uma renda mínima capaz de garantir a manutenção de famílias que vivem nestas partes do país e que dependem de trabalhos agrícolas.

CALLAGHAN: Eis o quadro canadense. Doutor Saraiva, quais são os problemas especiais do Brasil?

SARAIVA: Talvez o Sr. não esteja totalmente informado da organização social brasileira?

CALLAGHAN: O Sr. é muito gentil comigo, Dr. Saraiva. O Sr. o diz muito brandamente...

SARAIVA: Temos o que, imodestamente, posso chamar uma legislação de trabalho avançada, incluindo salários mínimos, horário de trabalho, férias remuneradas, proteção às mulheres e às crianças, tribunais de trabalho que decidem as disputas entre empregado e empregador, indenização por aci-

dentes do trabalho e toda a legislação complementar.

MARSH: Presumo que isto se aplica, principalmente, à população urbana brasileira. E é dar amplitude à idéia de segurança social estendendo-a à segurança de emprego e condições de trabalho, não?

SARAIVA: Nós consideramos essa extensão como uma parte do nosso sistema de segurança social no Brasil. A outra é o sistema de seguros sociais incluindo quasi todos os trabalhadores urbanos, sejam trabalhadores manuais ou intelectuais.

CALLAGHAN: Intelectuais! De "colarinho duro" nós os chamaríamos aqui.

SARAIVA: Isto quer dizer que um professor ou um jornalista tem a mesma espécie de proteção que um trabalhador de estrada de ferro. Eles são assegurados contra a invalidez, a doença, a velhice e a morte. Também, nossas organizações de seguro social estão caminhando em direção à garantia de formas preventivas de proteção, isto é, de cuidados médicos, financiamento da construção de casas apropriadas, melhor nutrição. Nossa problema é estender essa proteção aos trabalhadores agrícolas. Naturalmente, será uma empreza difícil. Temos que levar em conta não apenas a grande extensão do Brasil, mas também a grande diferença de padrões de vida em várias partes do país.

MARSH: Penso que será de interesse especial para nós, Dr. Saraiva, saber se o Brasil está considerando a ampliação e a unificação de toda a sua legislação de seguro social. Seguro social é naturalmente uma velha idéia. O conceito de que deve atingir completa e sistemáticamente a todos é que é novo, e foi ele que inspirou o plano Beveridge.

SARAIVA: Sim, exatamente! O Brasil, na verdade, está agora cuidando da consolidação dos seus serviços de segurança social dentro de um plano unificado.

ALTMAYER: Então o plano Beveridge certamente impressionou o Brasil, não, Dr. Saraiva?

SARAIVA: A publicação do plano Beveridge teve sobre nós efeito muito benéfico. Sir William reforçou o conceito da necessidade de uma organização de segurança social unificada, o que muitos de nós também encarecemos. Foi muito oportunio receber essa ajuda de Sir William, vinda de além-mar. Como nós dizemos no Brasil, "santo de casa não faz milagre"...

CALLAGHAN: O Sr. acaba de ser canonizado, Sir William.

BEVERIDGE: Um santo sul-americano — e ainda em vida!

CALLAGHAN: Bem, Sir — ou deveria eu dizer, St. William. O Sr. se recorda de que o Sr. Altmeier falou da concepção americana de segurança social numa sociedade democrática baseada na liberdade de oportunidade, dentro de uma sociedade muito individualista e apegada à liberdade pessoal. Seria difícil pôr em vigor um sistema organizado de segurança social, numa tal sociedade democrática?

BEVERIDGE: Creio que é mais difícil obter segurança com liberdade do que emprêgo certo sob condições de escravidão. Mas não tenho dúvida da capacidade das democracias para resolverem o problema mais difícil. A legislação de seguro social é realmente mais democrática que totalitária. Sua finalidade é a de preservar a independência, o amor próprio e a responsabilidade do cidadão sob todas as desgraças. Nem creio eu que qualquer democracia, com a coragem de suas convicções, tenha dificuldade em aceitar seguro compulsório. Naturalmente, aquela obrigatoriedade envolve a aplicação do poder governamental, mas democracia significa a habilidade de controlar seu governo. E se se está certo de poder controlá-lo, não há razão para temer o próprio governo.

CALLAGHAN: Então, a segurança social é realmente baseada no reconhecimento por uma sociedade democrática do valor e dignidade do indivíduo?

BEVERIDGE: Nisso e, ao mesmo tempo, no reconhecimento do fato de que alguns males não podem ser enfrentados a não ser mediante cooperação. O seguro social compulsório aceito pelas democracias significa apenas uma decisão de cooperação permanente de todos os cidadãos, em lugar de ter cada um que decidir todas as semanas se cooperará ou não.

ALTMAYER: Concordo completamente com Sir William. Seguro social contributivo é simplesmente um orçamento social de gastos, que é financiado por todos os cidadãos de uma nação. Por falta de meios, facilidades ou outras circunstâncias, além do controle individual, grande número de indivíduos é incapaz de obter seguro por si próprio. Um sistema de contribuição de seguro social compulsório não quer dizer, porém, que seguro privado,

economias individuais, e outros processos de garantia sejam desencorajados ou afastados.

CALLAGHAN: E todos os que dizem que êsses admiráveis incentivos individuais são destruídos pela legislação de segurança social, estão simplesmente colocando um obstáculo no meio do caminho do progresso.

ALTMAYER: Certamente que estão. Um bom programa de segurança social dá aos indivíduos um maior incentivo para lutar por um mais alto grau de segurança individual.

MARSH: Eu também tenho insistido muito neste ponto. Devemos, porém, ver os fatos como êles são. A parte da nossa população que não é capaz de fazer face às suas necessidades ou à mímina proteção tem pouca ou nenhuma oportunidade econômica. Não é capaz de causa alguma. Não pode assegurar um bom lar ou uma educação satisfatória para seus filhos. E uma longa doença ou a morte inesperada podem arruinar a fortuna da família. Falar-lhes de iniciativa não soa bem. Se estamos falando de seguros sociais, não devemos pensar apenas nos grupos que têm alguma causa para guardar ou utilizar para um seguro de vida. Temos que elevar os grupos pobres a um padrão mínimo decente, antes que possamos começar a generalizar para uma nação inteira.

SARAIVA: Bem, iniciativa individual. Isto causa efeito!

CALLAGHAN: Seu tom é um pouco duvidoso, Dr. Saraiva.

SARAIVA: Acho a idéia um tanto romântica. A verdade é que, especialmente nos países mais pobres, a maioria não poderia pagar a sua própria segurança. Mesmo a redistribuição de renda entre as classes que recebem salário, da qual Sir William tratou na sua exposição, não seria suficiente. Elas devem ser ajudadas por outras contribuições. Isto é, a organização da segurança social deve basear-se no princípio de contribuições cooperativas, tanto dos indivíduos como do governo.

CALLAGHAN: A contribuição do governo, naturalmente, vale a pena. Produz dividendos em melhor saúde, contentamento e disposição do povo para trabalhar. Assim a segurança social torna-se mais do que uma simples proposição de dólares e cents. E' o bem estar humano que se acha em balanço nos livros.

MARSH: Estas espécies de cálculos são os trabalhos de guarda-livros da política. Não creio que haja algo que tenha ajudado a resolvê-los melhor que a provisão coletiva pelos métodos de segurança social.

CALLAGHAN: Entretanto, em qualquer parte que vou, ouço dizerem: "Certamente a segurança social é uma bela idéia, mas por que não esperar até depois da guerra?"

SARAIVA: Por que esperar? Nós no Brasil não esperamos. Temos trabalhado muito por isso há mais de uma década.

CALLAGHAN: E o Sr. esperaria, Sir William?

BEVERIDGE: A segurança social, no sentido em que eu a defini, como seguro do indivíduo contra riscos tais como doença, acidentes, desemprego, velhice, etc., é necessária em todas as nações, quaisquer que sejam suas condições econômicas no após-guerra. No meu entender, deve ser decidida durante a guerra, afim de que esteja pronta para entrar em ação logo que a guerra terminar. Concorda Mr. Altmyer?

ALTMAYER: Não apenas concordo, mas digo que é absolutamente imperativo que um sistema de segurança social comprehensivo e extensivo seja uma realidade durante a guerra. Os problemas administrativos, por si próprios, tornam importante que começemos a estudá-lo agora, para que ele já esteja operando quando a guerra terminar. De outro modo, teremos ainda outro caso de muito pouco e muito tarde.

CALLAGHAN: E o Sr., Dr. Marsh?

MARSH: Poderia dar-lhes meia dúzia de razões para justificar a ação imediata, mas mencionarei apenas uma. Estou bem a par, naturalmente, das complicações do planejamento do seguro social para o Canadá, particularmente em razão de nossas próprias características. Algumas delas não são muito dissemelhantes das que o Sr. declarou haver no Brasil, Dr. Saraiva. E nós temos, ainda, questão de Domínio, de Jurisdição provincial, etc. Mas há uma grande soma de experiência a examinar nos métodos de seguro social. E o que é mais importante, temos, aqui no Canadá, grande abundância de boa vontade, para aceitar o planejamento e a administração que for escolhida. Tal não se pode dizer de muitos outros aspectos da política de após-guerra. Assim, digo que a organização da segurança social é provavelmente a mais

simples de todas as formidáveis tarefas que teremos a nosso cargo, no período de apósguerra. As outras tarefas em que temos que trabalhar são pontos de controvérsia muito mais forte — são matérias em que teremos que enfrentar riscos e fazer inovações.

SARAIVA: Mesmo porque não seria aconselhável formular falsas promessas. Não se deve oferecer esperanças que não possam ser cumpridas. Os homens de todos os países reclamam segurança social.

ALTMAYER: Uma provisão mínima de segurança social para todos é uma promessa que pode ser cumprida agora.

CALLAGHAN: Mas este é justamente um dos pontos em que tocam alguns daqueles que aconselham esperar. Se nós organizarmos a segurança social agora estaremos certos de ser suficientemente ricos para cumprir a promessa? Não devemos esperar até que possamos enfrentar o encargo de segurança social quando chegar a ocasião propícia? Não perguntam nada acerca disso na Inglaterra, Sir William?

BEVERIDGE: Algumas pessoas certamente o fazem. E há duas respostas. Primeiro, se nós ficarmos pobres, não poderemos passar sóm o meu plano. O que o meu plano faz é redistribuir a renda de modo a se ter a certeza de que cada pessoa obterá o mínimo necessário para a sua subsistência, antes de que qualquer outra possa ter mais. E' colocar as causas relevantes em primeiro lugar — pão para todos, antes de bolo para alguns. Se nós ficarmos pobres depois da guerra (no que não acredito nem por um momento) teremos com toda a certeza que fazer isto. Se ficarmos prósperos, como disse, precisaremos do plano do mesmo modo.

CALLAGHAN: Isto parece muito convincente. Mas ninguém pergunta sobre o custeio de seu plano e sobre quem o fará? Com as imensas dívidas de guerra, poderá o Estado custear o imposto extra para seguro social?

BEVERIDGE: Sim, eis uma pergunta perfeitamente cabível, e a Inglaterra tem a resposta no meu plano. Sou capaz de mostrar em números exatos que tudo aquilo de que o Estado precisa para iniciar a execução do meu plano, abolindo as necessidades, é uma taxa de um "penny" por um litro de bebida e de seis "pence" por libra sobre o imposto de renda. Cada país deve resolver seu problema financeiro de seu próprio modo, mas a

todos os países se aplica a primeira solução. Todos os países podem pôr em primeiro plano as causas principais. Trabalho e saúde para todos antes de automóveis e férias para alguns. Qualquer país democrático pode custear isso.

CALLAGHAN: Se isso está claro, não há razão para esperar até que acabe a guerra para ver onde ficamos.

BEVERIDGE: Todas as razões são contra essa espera. Uma delas é que, se nós esperarmos o fim da guerra para fazer qualquer causa pela segurança social, veremos então que são tantos os problemas urgentes e mais difíceis, que não teremos tempo nem pensamento para esta causa relativamente simples e que poderíamos ter feito facilmente agora. Há uma segunda razão pela qual eu gostaria de ver todas as Nações Unidas trabalharem hoje (e não amanhã) em prol da legislação de segurança social. E' que isso seria símbolo de sua determinação para tornar melhor o mundo de apósguerra, não apenas neste aspecto, mas em todos os aspectos, e não numa frase bonita, mas numa realização sólida.

MARSH: Assim o Sr. vê, Sr. Presidente, que se poderemos eventualmente chegar até lá, por que não o faremos agora?

CALLAGHAN: Realmente. Dr. Marsh: E' forçoso que medidas de segurança social sejam oferecidas aos povos de todos os países, e por que não o serão agora, quando há um sentimento de unidade entre as democracias? Em resumo, parece-me que não caberá encarar muito rigidamente a advertência do Dr. Saraiva a respeito de que ao povo não devem ser oferecidas falsas promessas ou falsas esperanças. Isso tem acontecido muitas vezes em nossa história. A segurança social é um sonho nascido desta guerra e, como todos observaram, um sonho capaz de realização imediata. Sir William, definindo segurança social, tornou claro que ele não defendia uma panacéia para todos os males do mundo. "A proteção organizada pelo Estado contra os riscos a que estão expostos os cidadãos isoladamente, mesmo quando a situação econômica da sociedade como um todo é sa e próspera". Certamente, é esta uma concepção aceitável mesmo para o mais feroz individualista. Pode ser inaceitável apenas para aqueles que, almas primitivas, acreditam que o homem é um caçador solitário, ou para aqueles que julgam que o doente ou o ferido devem ser deixados num canto para

morrer em vez de ter tratamento em um hospital. Mr. Altmeyer deixou muito claro que, ao menos nos Estados Unidos, nenhum defensor dos sonhos de segurança social está interferindo com a iniciativa individual de real valor e que, de acordo com muitos, é o verdadeiro poder dirigente da nossa sociedade democrática. De um modo simples e prático, ele observa que o seguro social contributivo está simplesmente dentro dos orçamentos de gastos suportados pelos indivíduos da nação. O doutor Marsh, também, em traços rápidos, reforçou a convicção de que o que era novo acerca de segurança social, como é entendida agora, era a proposta da consolidação de todos os serviços sociais de segurança em uma organização eficiente. Enquanto o Dr. Saraiva estava falando, cheguei à conclusão

de que ele poderia nos descrever fatos da organização brasileira de segurança social que feririam, talvez, um pouco, o nosso orgulho...

Bem — a demanda em prol de melhores condições de segurança social está sendo ouvida através do mundo, e vós, cavalheiros, não apenas a ouvistes, mas sentistes sua necessidade. Sois condutores da luta histórica por uma nova espécie de liberdade para os homens de todas as nações.

LOCUTOR: Ouviram o Clube de Discussão da C.B.C., que falou hoje de nossos estúdios de Montreal. Os participantes da discussão de hoje foram Sir William Beveridge, da Grã-Bretanha, o Dr. A. J. Altmeyer, dos Estados Unidos, o Doutor Oscar Saraiva, do Brasil, e o Dr. Leonard Marsh, do Canadá.